

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.082 - MG (2019/0168092-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

RECORRENTE : MARIA ELZA DOS SANTOS (PRESO)

ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

MARIA ELZA DOS SANTOS alega sofrer constrangimento ilegal diante de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** no HC n. 1.0000.19.033687-5/000.

A defesa postula, liminarmente, a **expedição de alvará de soltura**, por reputar inidôneos os motivos elencados para negar à paciente o direito de recorrer em liberdade, na sentença que a condenou à pena de **10 anos, 10 meses e 25 dias de reclusão, em regime inicial fechado**, como incursa no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal.

O pedido não comporta acolhimento.

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, noto que o Juízo de primeiro grau destacou **elementos concretos dos autos que indicam o risco de a sentenciada se furtar à aplicação da lei penal**. Confira-se (fl. 4, grifei):

Ademais, há também os requisitos para prisão preventiva, eis que **a ré se ausentou do distrito da culpa, não sendo encontrada nem mesmo no último endereço que forneceu no processo, culminando em sua intimação por edital para este julgamento, o que demonstra que se furtará a aplicação da lei penal, até porque, condenada com pena expressiva, sendo no mínimo intuitivo que não se entregará para cumprimento da reprimenda.**

Tais elementos, a um primeiro olhar, justificam a custódia provisória.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo singular, sobretudo a respeito da eventual interposição de recurso contra a sentença e do andamento atualizado da ação penal objeto deste *writ*.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

